



Presidência da República  
Gabinete de Segurança Institucional  
Agência Brasileira de Inteligência

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00091.003430/2022-25

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A Agência Brasileira de Inteligência conta, hoje, com dois contratos distintos de transporte de carga. O Contrato nº 555/2017, referente ao transporte de carga terrestre, e o Contrato nº 536/2021, referente ao transporte de carga aéreo.

1.2. As duas modalidades de transporte de carga se fazem necessárias devido à presença de Superintendências Estaduais em todas as capitais, além da existência, atualmente, de duas subunidades em Foz do Iguaçu-PR e em Tabatinga-AM.

1.3. A aquisição de materiais e a sua gestão é feita, prioritariamente, na Sede do órgão, em Brasília, por proporcionar economia de escala e centralizar atribuições que sobrecarregariam as unidades de outros Estados. Dessa forma, a distribuição de bens é feita pela Sede à medida que surgem demandas e as necessidades das Superintendências evoluem. Além disso, as demandas evoluem e se alteram, exigindo que a Administração se adapte e movimente os recursos necessários para a execução das tarefas nos mais variados locais.

1.4. A partir da análise dos transportes de carga realizados pela ABIN, coordenados pela Divisão de Transporte e Oficina, percebe-se que, em sua grande maioria, são transportados mobiliário e equipamentos eletrônicos entre a Sede e as Superintendências ou entre Superintendências, para melhor utilização dos recursos disponíveis.

1.5. Embora a utilização do contrato de transporte de carga aéreo possua vantagens como a celeridade e maior segurança dos bens, o transporte rodoviário se mostra indicado, mais econômico, eficiente e, muitas vezes, como a única alternativa, para transporte de grandes volumes e materiais pesados.

1.6. Há também um crescente movimento de compartilhamento de espaços no setor público entre os órgãos federais e até mesmo estaduais ou municipais. Com isso, percebe-se um aumento de mudanças de sede das diversas unidades da ABIN. Com a evolução e modernização da estrutura organizacional e da estrutura física da Sede do órgão, há também mudanças de departamentos entre os blocos do complexo em Brasília. Esses transportes são realizados por meio do contrato com empresa especializada.

1.7. Ainda, conforme a Lei 8.112/1990 e legislação correlata, ao servidor removido de ofício para outra localidade será concedido o transporte de mobiliário e bagagem, para si e seus dependentes, direito atendido pelo contrato de transporte de carga terrestre.

1.8. Com isso, busca-se a contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, por demanda, de serviços de transporte rodoviário de carga local, intermunicipal e

interessadual, compreendendo bens patrimoniais, veículos automotores e demais objetos de propriedade ou de interesse da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, de suas Superintendências Estaduais e Subunidades, bem como mobiliário e bagagens de propriedade de servidores nas situações e montantes previstos na Lei 8.112/90 e em outros diplomas normativos/regulamentadores de caráter infralegal, vigentes durante toda a contratação.

1.9. A contratação visa suprir às necessidades da ABIN, de suas Superintendências Estaduais e Subunidades, para as demandas de mudanças e transportes em geral, em todo o território nacional, com origens e destinos diversos, tanto de bens de propriedade ou de interesse da própria ABIN quanto dos servidores que forem removidos para outras unidades no interesse da Administração. O Decreto nº 4004, de 08 de novembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.063, de 26 de novembro de 2001, determina que o servidor público civil regido pela Lei nº 8.112/90 que, no interesse da Administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á transporte de mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes.

## **2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

2.0.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, pois visa o atendimento das necessidades da ABIN, para as demandas de mudanças e transportes em geral, em todo o território nacional, com origens e destinos diversos, tanto de bens de propriedade ou de interesse da própria ABIN quanto dos servidores, com transportes de bagagens de servidores com mudança de sede a serviço em cumprimento de legislação, que forem removidos para outras Unidades Regionais no interesse da Administração.

2.0.2. O serviço a ser licitado caracteriza necessidade permanente desta Administração, sendo fundamental para realização das atividades instrumentais ou complementares das atividades finalísticas do Órgão. A falta ou interrupção na prestação dos serviços pode impactar negativamente na qualidade, na capacidade laborativa e na segurança patrimonial, com possibilidade de dano ao interesse público. Desse modo, o serviço pretendido possui natureza continuada, de acordo com o art. 15 da IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

2.1. A empresa contratada deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto em quantidades, características e prazos, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

2.1.1. Esta cobrança é importante para reservar certeza de que o licitante já executou atividades compatíveis e assim tem-se maior probabilidade de boa execução. Para as quantidades a licitante deve comprovar um volume mínimo de serviços de 50% do valor total licitado por um prazo de no mínimo de 03 (três) anos conforme IN 05 de 2017 do MPOG. Esta comprovação deve selecionar os melhores fornecedores e é permitida pela instrução normativa citada e o serviço deverá ser prestado, no mínimo, com os seguintes requisitos:

a) Comprovar inscrição da empresa no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC, emitido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007). Obrigação legal para atuar na área.

b) Comprovar que possui apólice de contratação de seguro que comprove existência de cobertura de risco de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Cargas (RCTR-C) e Responsabilidade Civil Facultativa por Desaparecimento de Carga (RCF-DC) (Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007). Obrigação legal para atuar na área.

c) Deve-se atender a toda indicação para qualificação econômico financeira da IN 5 de 2017 do MPOG conforme item 11 do ANEXO VII-A. Este mecanismo é importante para

evitar empresas aventureiras e com dificuldades financeiras que podem macular a contratação e sua execução.

2.2. A CONTRATADA deverá prestar serviços de abrangência nacional, devendo, para tanto, comprovar que possui capacidade logística para atender, com perfeição, demandas nas 27 unidades da Federação— 26 estados e o Distrito Federal.

2.3. O contrato não demanda a necessidade de transição contratual com a empresa anterior e nem de transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.

2.4. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

2.5. O contrato não demanda a necessidade de transição contratual com a empresa anterior e nem de transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.

### 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Para o planejamento da referida contratação, foi realizado levantamento de mercado com contratações públicas similares. Observou-se existirem dois modelos de contratações, com pagamento feito por metros cúbicos com base em faixas de distância; e com pagamento feito por metros cúbicos com base na distância efetivamente utilizada.

3.3. Considerou-se mais prudente a utilização da distância efetivamente percorrida em cada demanda como metodologia de cálculo para o pagamento, visando remunerar a contratada somente pelo serviço prestado e pela distância realmente auferida entre os locais de coleta e entrega.

3.5. Contudo, dada a existência de transportes locais referentes à mudança de sede das Superintendências Estaduais da ABIN ou de departamentos dentro do complexo da Sede, em Brasília, incluiu-se o Item 1 ao Termo de Referência, com faixa de distância até 50 Km, na qual todos os transportes serão tomados como mudança local e utilizada a distância de 1 Km, com pagamento feito pela faixa de distância.

3.7. Nesse sentido, não há necessidade de realização de audiências públicas para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

3.8. As soluções disponíveis no mercado são amplas, tendo em vista que são serviços de transporte rodoviário de carga local, intermunicipal e interestadual, compreendendo bens patrimoniais, veículos automotores e demais objetos de propriedade ou de interesse da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, conforme as descrições e especificações que constam neste Estudo Técnico, as quais refletem tecnicamente a necessidade da ABIN.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. O objeto proposto pela Administração é de contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, por demanda, de serviços de transporte rodoviário de carga local, intermunicipal e interestadual, compreendendo bens patrimoniais, veículos automotores e demais objetos de propriedade ou de interesse da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, de suas Superintendências Estaduais e Subunidades, bem como mobiliário e bagagens de propriedade de servidores nas situações e montantes previstos na Lei 8.112/90 e em outros diplomas normativos/regulamentadores de caráter infralegal, vigentes durante toda a contratação, por demanda, para o atendimento das necessidades da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, em todo o território nacional, para o cumprimento de sua missão institucional.

4.2. No serviço, deverá estar incluso o seguro das cargas transportadas, bem como os custos com a logística, as embalagens, a coleta, a entrega, a desembalagem, a carga, a descarga, o armazenamento durante o trânsito da carga e a arrumação geral para o transporte.

4.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, em caminhões baús ou outro veículo adequado aos bens transportados, de acordo com a natureza da carga/encomenda, no prazo máximo estabelecido, contado a partir da aprovação da proposta de serviço à empresa contratada, conforme especificado no Termo de Referência.

4.4. O pagamento será realizado por demanda, sendo assim, se não houver consumo, não haverá pagamento à contratada. A aquisição será por meio de **Pregão Eletrônico** (PE).

#### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Quantitativo Estimado do Contrato	
Faixa	Quantidade de m <sup>3</sup>
Até 50km	870
Entre 51 e 500km	58
Entre 501 e 1500km	347
Entre 1501 e 3000km	430
Acima de 3000	220

5.1. O quantitativo estimado para o contrato considerou a média anual dos transportes realizados nos últimos três anos, somando-se o histórico de demanda da DIVTRAN e da COPAB.

5.2. Dividiram-se os transportes realizados pelas faixas de distância já utilizadas no contrato atual, a qual se entende ser a que melhor representa as necessidades e particularidades do transporte deste órgão.

#### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor total da contratação foi estimado em R\$ 541.003,09 (quinhentos e quarenta e um mil três reais e nove centavos).

6.2. Para composição do preço foi elaborada planilha com quadro comparativo de preços pesquisados, em conformidade às regras estabelecidas na IN Seges/ME nº 73/2020.

6.3. Somou-se ao valor total o custo estimado com seguro dos bens, com base na média histórica dos transportes realizados pelo órgão.

6.4. Os preços foram analisados de forma crítica e rigorosa e comparados com as necessidades da contratação, tal como especificação, quantitativo, local e prazo de entrega. Descartaram-se os preços inexequíveis, os excessivamente elevados e os incompatíveis com a contratação.

6.5. O Relatório de Pesquisa de Preços (0641757) detalha os procedimentos realizados para composição das estimativas de preços.

#### 7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. É praxe de mercado que o presente serviço seja realizado por uma única empresa, de modo a assegurar agilidade, economia e segurança ao serviço.

7.2. O objeto não é divisível na medida em que o serviço deverá ser prestado em todo o território nacional, com transportes sendo realizados entre as mais diversas capitais e cidades do país. Consequentemente, a não divisão do objeto se mostra mais prudente e a única forma viável para garantir

a execução do objeto.

7.3. Analisando-se as características da contratação e levando-se em consideração o mercado fornecedor, observa-se que o parcelamento do objeto não assegura ser técnica e economicamente viável, sem perda de escala e com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

## 8. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

8.1. Correlata à presente contratação há o seguinte contrato de mesmo gênero na ABIN:

8.1.1. Contrato nº 555/2017: o atual contrato de serviço de transporte de carga via rodoviária, que se encerrará no dia 06/09/2022, sem possibilidade de prorrogação;

8.1.2. Contrato nº 536/2021: contrato de serviço de transporte de carga via aérea, que funciona de forma complementar ao objeto do presente processo, sem que haja interdependência.

## 9. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

9.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Institucional 2022-2026 da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, por meio do(s) objetivo(s) estratégico(s) no qual visa promover o uso eficiente de recursos orçamentários e financeiros disponibilizados.

9.3. A presente contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) - da ABIN para o ano de 2022, no item 276 - Transporte de Carga via terrestre.

9.5. A despesa referente à aquisição consta no POA 2022 com Código da Ação K001.32, com descrição da ação POA "manter a infraestrutura administrativa da Sede e das Superintendências Estaduais" e Detalhamento "Transporte".

## 10. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

10.1. Os benefícios a serem obtidos em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis diretos a serem obtidos são:

10.2.1. Benefícios diretos: transporte de materiais em geral e mudanças da ABIN, em todo o território nacional, com origens e destinos diversos, tanto de bens de propriedade ou de interesse da própria ABIN;

10.2.2. Benefícios indiretos: desnecessidade de contratações paralelas para transportes e mudanças da ABIN;

10.2.3. Impactos ambientais positivos: considerando a obrigatoriedade de seguimento das práticas sustentáveis previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os impactos são aqueles nela descritos; e

10.2.4. Melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade: mais segurança ao contratar uma empresa para atender toda a demanda da ABIN, assim como a racionalização no uso de recursos devido a contratação de empresa especializada.

## 11. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

11.1. Não houve a necessidade de adequação do ambiente do órgão, na medida em que a contratação não impacta na estrutura física, elétrica, hidráulica e ambiental do órgão, já sendo executado esse serviço atualmente.

## 12. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. Como medidas mitigadoras, buscando sanar os riscos ambientais existentes, a empresa

contratada deverá buscar a adequação de treinamento de pessoal visando atenção às regras vigentes, manutenção, cumprimento dos processos de gestão ambiental e desenvolvimento de planos de emergências. E ainda, fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) que se fizerem necessários para a execução de serviços, tais como: capacete, protetor auricular, protetor facial, óculos de segurança, máscara antipoeira e gases, luvas, aventais, etc., bem como se houver a necessidade, dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's);

12.3. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis;

12.5. Observar o disposto na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013;

### 13. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

13.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Brasília-DF, 27 de junho de 2022.

Integrante Administrativo do Planejamento da Contratação

Integrante Administrativo do Planejamento da Contratação

Integrante Requisitante do Planejamento da Contratação - Substituto

Documento assinado eletronicamente